

A formação histórica da indústria vitivinícola do RS: aliando a Nova Economia Institucional à Teoria dos Jogos*

*Claudio Vinicius Silva Farias***

*Doutorando em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS), Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS/Campus Porto Alegre)
Doutor em Economia, Professor do PGDR-UFRGS*

*Leonardo Xavier da Silva****

Resumo

O presente artigo apresenta, a partir de uma discussão institucional, os elementos formadores da indústria vitivinícola do Rio Grande do Sul (RS), historicamente localizada entre 1875 e 1930, com a chegada dos colonos italianos ao Estado. O objetivo é apresentar a importância de aspectos institucionais e históricos como elementos explicativos tanto da formação das firmas vitivinícolas no Estado quanto da coordenação de decisões do sistema econômico da época (que influencia as atividades empresariais do setor até os dias atuais). Metodologicamente, os conceitos se articulam a partir da lógica da Nova Economia Institucional (NEI), utilizando-se de um modelo da Teoria dos Jogos, que sintetiza algumas das possíveis escolhas dos agentes econômicos e seus resultados de equilíbrio. Para a construção dos *payoffs*, utilizou-se uma construção esquemática, haja vista não existirem

* Artigo recebido em jan. 2014 e aceito para publicação em mar. 2016.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

Revisora de Língua Portuguesa: Elen Azambuja

** E-mail: claudio.farias@poa.ifrs.edu.br

*** E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br

dados estatísticos ou econômicos confiáveis para a época. Dentre os resultados, percebe-se a importância do papel do Estado e de normas legais para a promoção e a consolidação da vitivinicultura no RS, em especial, no início do século XX.

Palavras-chave

Indústria vitivinícola; Nova Economia Institucional; Teoria dos Jogos

Abstract

The main idea of this article is to present, from an institutional discussion, the formative elements of the wine industry in the State of Rio Grande do Sul (RS), historically located between 1875 and 1930, with the arrival of the first European settlers in the state. The goal is to present the importance of historical and institutional aspects as explanatory elements of both the formation of the wine firms in the state and the coordination of decisions in the economic system of the time (which has influenced the business activities in the sector until the present day). In terms of methodology, the background of this paper is the set of concepts of the New Institutional Economics (NIE). The analysis is done with the aid of a model of the Game Theory, which summarizes some of the possible choices available to economic agents and their possible outcomes of balance. For the construction of the payoffs, a schematic construction was used, as there were no reliable statistical or economic data at the time. Among the results, the importance of both the role of the government and the legal standards for promoting the growth of viticulture in RS can be seen, particularly in the early twentieth century.

Keywords

Wine industry; New Institutional Economics; Game Theory

Classificação JEL: D02, D52, C71

1 Introdução

A ideia principal deste artigo é apresentar os elementos formadores da indústria vitivinícola do Rio Grande do Sul (RS), a partir de uma discussão institucional historicamente localizada entre 1875 e 1930, com a chegada dos primeiros colonos europeus ao RS. O objetivo é apresentar a importância de aspectos institucionais e históricos como elementos explicativos tanto da formação das firmas vitivinícolas no Estado quanto da coordenação de decisões no sistema econômico da época (que influencia a coordenação das atividades empresariais do setor até os dias de hoje). Para tanto, percorreu-se o caminho histórico do início da imigração italiana, marco do surgimento das primeiras firmas produtoras de vinho no RS. O papel dos imigrantes como um todo no processo de industrialização gaúcho é bem difundido pela historiografia econômica. A intenção aqui é apresentar questões preliminares à constituição de instituições que estimularam o crescimento do setor vitivinícola, notadamente, os estímulos emitidos pelo Estado, seja na esfera central, seja na provincial (no presente artigo, ambas serão denominadas como Estado), através de um conjunto de ações de governo, edições de leis e criação de institutos que tinham por finalidade, inicialmente, reter o colono nas regiões a eles demarcadas e, posteriormente, desenvolver um mercado produtor de bens agroindustriais que provesses as necessidades dos primeiros núcleos urbanos do RS.

Em termos metodológicos, o pano de fundo deste trabalho é o conjunto de conceitos e formas de pensar o desenvolvimento econômico (ou até seu subdesenvolvimento), a partir da escola da Nova Economia Institucional (NEI), em especial, do trabalho de Douglass North. O artigo tem por objetivo analisar como o estímulo estatal ao surgimento de indústrias na zona colonial do RS (particularmente, a vitivinicultura), nos termos da NEI, como uma mudança institucional, pôde alterar o desempenho econômico do setor, afetando a constituição de segmentos industriais importantes para a economia do Estado. A análise é feita com o auxílio de um modelo da Teoria dos Jogos, que sintetiza as escolhas disponíveis para os agentes econômicos e seus possíveis resultados de equilíbrio. Para a construção dos *payoffs*, utilizou-se uma construção esquemática, semelhante à empregada por Pesavento e Monteiro (2006), quando da tentativa de explicar os estímulos da Coroa Portuguesa à diversificação agrícola do Rio de Janeiro, no período de 1750 a 1800.

Com os estudos dos aspectos históricos acerca do surgimento da indústria vitivinícola na região nordeste do RS e os processos de imigração, procedentes das diversas regiões da Itália, percebem-se o quão apropriada é a utilização dos recursos lançados pela NEI. O surgimento desse segmen-

to no RS se dá, inicialmente, por uma questão eminentemente de costume e tradição dos imigrantes da região do Vêneto e da Lombardia, localidades reconhecidamente produtoras de vinhos na Itália e que se caracterizam, não somente no setor vinícola, mas, em diversos outros segmentos industriais, pela existência de pequenas firmas focadas na produção regional. Também importa ressaltar que esses imigrantes trouxeram consigo hábitos culturais e sociais vinculados ao associativismo, o que, posteriormente, viria introduzir no RS o germe dos sistemas cooperativados de produção, muito semelhantes às estruturas das corporações profissionais europeias da Idade Média.¹ Outra característica importante presente entre os colonos italianos é a permanente especialização da produção, que acabou por acelerar o progresso tecnológico na região e o crescimento das empresas.

Em boa parte, percebe-se que o crescimento do segmento vitivinícola, em especial, na região nordeste do RS, ao longo do tempo, pode ser compreendido pela ação (conjunta ou isolada) de arranjos institucionais em quatro momentos distintos: (a) no início da colonização italiana, o surgimento/crescimento do setor pode ser atribuído ao trabalho e ao conhecimento técnico acumulado dos imigrantes e à própria política dos Estados imperial e provincial, que possibilitaram a vinda desses imigrantes, como parte de um projeto geopolítico para a Região Sul do País²; (b) nas primeiras décadas do século XX, cresce o papel do apoio institucional do Estado, principalmente com a importação de mudas de videira e a constituição do Sindicato Vinícola (posteriormente, Instituto Rio-Grandense do Vinho), responsável pelas primeiras pesquisas voltadas à melhoria dos insumos e da produção de vinhos; (c) a partir da década de 80, principalmente, há a formação de associações de empresas produtoras do setor, com o intuito de pressionar o Estado para o desenvolvimento de políticas de regulamentação da produção e de ampliação do mercado interno e para a instituição de políticas de proteção do produto nacional frente à crescente competição, no mercado interno, com produtos importados; (d) a partir do final dos anos 90, particularmente, há uma ação conjunta das associações de produtores e Estado na constituição de uma política única de apoio às exportações. A hipótese

¹ Putnam (1996, p. 137) afirma: “Com a evolução da vida comunal, artesãos e comerciantes criaram guildas para mútua assistência, com fins não apenas sociais mas também, estritamente profissionais. O mais antigo estatuto de guilda é o de Verona, que data de 1303, mas certamente foi copiado de algum outro estatuto bem mais antigo. Eis algumas das obrigações dos membros: ‘assistência fraternal em todo tipo de necessidade’ e ‘obrigação de oferecer ajuda em caso de doença’. ‘A violação dos estatutos implicava boicote e ostracismo social’”.

² Cabe sinalar que as áreas destinadas à ocupação dos imigrantes italianos na região nordeste do RS eram reconhecidamente inóspitas à época, sem uso para as atividades econômicas preponderantes de então, no caso, a pecuária de corte e a produção de charque.

principal deste artigo considera que não apenas aspectos tecnológicos foram “importados” com a vinda dos imigrantes italianos, mas também aspectos socioculturais, que moldaram as organizações e as instituições da região nordeste do Estado, marcando-a de forma distinta das demais regiões do RS.³ No entanto, deve-se compreender que o imigrante italiano que veio para o Brasil possuía uma característica marcadamente distinta do que Putnam apresenta em sua obra, visto que, pelos inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos (que serão tratados ao longo do trabalho), tais imigrantes constituíram-se em uma parcela consideravelmente marginalizada, inclusive de processos cívicos, democráticos e participativos, em comparação ao que trata o autor.

Analisando os estágios da indústria vitivinícola gaúcha, fica claro que arranjos institucionais se desenvolveram como padrões históricos de relacionamentos e organizações. Tais padrões se transformaram ao longo do tempo, respondendo às necessidades de coordenação do setor.

Partir-se-á de alguns conceitos principais da Nova Economia Institucional, a fim de alicerçar esta análise, principalmente no que tange aos processos migratórios da Itália para o Brasil, em especial, para o RS. Com esse processo de análise, demonstrar-se-á que o desenvolvimento da indústria vitivinícola do RS está estritamente vinculada ao surgimento de instituições que promoveram uma maior coordenação do setor, através de uma estrutura de incentivos à interação política, social e econômica dos agentes envolvidos. Na tentativa de explicar esses movimentos, aplicou-se o arcabouço disponível na Teoria dos Jogos, modelando um jogo sequencial de informação incompleta e analisando as possíveis situações de equilíbrio. Importa informar, desde já, que diversos dados estatísticos que serviriam para tornar o jogo mais completo não existem, cabendo aqui um exercício empírico e pouco dinâmico das diversas possibilidades de decisão que poderiam ser tomadas pelos agentes econômicos envolvidos à época.

2 Notas sobre a Nova Economia Institucional

A obra de Douglass North centra-se em explicar como as instituições (e as suas sucessivas mudanças) afetam a economia. Para North (1990), as instituições existem como forma de reduzir as incertezas que resultam da

³ Nesse ponto, seria possível fazer menção a outras teorias institucionais, sob a ótica dos desmembramentos organizacionais. O papel das instituições (formais e informais) exerce influência sobre a formação das organizações. Para mais detalhamentos, verificar o conceito de isomorfismo institucional em Dimaggio e Powell (1991).

interação humana. Tais incertezas constituem o cerne dos mercados (que são marcados pela racionalidade limitada dos agentes e por sua complexidade intrínseca), e sua existência acarreta custos na economia (COASE, 1937), os quais, para North, somente são minimizados a partir do surgimento de instituições. Assim, as instituições reduzem as incertezas, na medida em que se constituem em um guia para a interação humana.

Para Douglass North, “[...] as instituições são as regras do jogo em uma sociedade”⁴ (NORTH, 1990, p. 32), ou, mais formalmente, são as limitações concebidas pelo homem que dão forma às interações humanas. Elas geram estruturas de incentivos à interação, seja na forma política, seja na social ou na econômica (NORTH, 1996).

Em geral, limita-se às primeiras palavras da definição de North, desprezando-se, às vezes, a relevância de que as instituições são idealizações humanas que dão forma aos seus processos de interação. Não são apenas regras, mas também sistemas de estímulos à interação. Esses sistemas de estímulos conformam as instituições políticas e econômicas, o que os torna determinantes fundamentais do desempenho de uma região ou um setor no longo prazo. O conceito de instituições que será empregado neste trabalho é dado por Douglass North: “*Las instituciones no son personas, son costumbres, y reglas que proveen un conjunto de incentivos y desincentivos para individuos*”⁵ (NORTH, 1989, p. 95).

Talvez essa seja uma das grandes diferenciações entre o modelo de análise institucionalista de North e o *mainstream* neoclássico: as escolhas individuais dependem de crenças, e essas são uma consequência do aprendizado cumulativo que se transmite culturalmente de geração a geração; o tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições (AREND; CÁRIO; ENDERLE, 2012).⁶

Segundo Arend e Cário (2005), Douglass North aponta que as instituições, juntamente com a tecnologia empregada, influenciam os custos de produção e de transação. Necessita-se de recursos para transformar fatores de produção, e essa transformação é uma função da tecnologia empregada; no entanto, a forma de acesso a esses recursos (em geral, financeiros) bem

⁴ Cabe ressaltar que, para o autor, as limitações que dão forma à interação humana (instituições) podem-se dar tanto de maneira formal (regulamentações, leis, contratos, etc.) como informal (normas de costume, tradições sociais, culturais, religiosas, etc.).

⁵ “As instituições não são pessoas, são costumes e regras que proveem um conjunto de incentivos e desincentivos para os indivíduos” (tradução nossa).

⁶ Evidentemente, os conceitos desenvolvidos pela NEI e por Douglass North, em especial, não se constituem em uma panaceia que explique quaisquer eventos sociais e econômicos. Para aqueles que desejam conhecer as principais críticas à NEI e ao constructo teórico de Douglass North, indica-se Bueno (2004) e Conceição (2002).

como o grau de facilidade para a obtenção dessas tecnologias (sem falar no regramento das relações de trabalho) são influenciados pela estrutura das instituições. Essa estrutura afetará os custos de transação, pela conexão direta entre instituições, e também os custos de transformação, por influir na tecnologia empregada.

É por isso que as organizações⁷, para North, têm papel-chave na mudança institucional, pois elas são construídas com base em “crenças”, que determinarão as recompensas esperadas dos empresários (que, para o autor, podem assumir duas categorias: políticas e econômicas) e que são fundamentais para a mudança econômica. Esse conhecimento, ao menos em um tempo presente, é formado pelo aprendizado coletivo, e esse processo de aprendizagem determinará a mudança institucional necessária ao desenvolvimento econômico.

Essa influência das instituições sobre os custos de produção e transação define, na visão de North, a estrutura industrial de um país ou de uma região. Para ele, regiões do Terceiro Mundo carecem de uma estrutura institucional mais formal, que conduza a mercados eficientes. Para North (1990), há, nos países de Terceiro Mundo, a proeminência de setores informais (constituindo-se em verdadeiras economias subterrâneas), que se esforçam em proporcionar certa estrutura de intercâmbio. Essa estrutura tem custos elevados devido à falta de salvaguardas formais ao direito de propriedade. Para o autor, o pior é que esse débil marco institucional determina uma estrutura básica de produção que tende a perpetuar o subdesenvolvimento.

A análise dos processos históricos é, para North, indispensável para se entender o desenvolvimento econômico enquanto processo de construção da própria história. A história da evolução das instituições servirá para o autor responder às seguintes perguntas:

Como explicamos a sobrevivência de economias com desempenho persistentemente baixo durante longos lapsos de tempo? [...] O que explica a sobrevivência de sociedades e economias caracterizadas por um mau desempenho persistente? [...] Por que persistem as economias relativamente ineficientes? (NORTH, 1996, p. 121-122).

Segundo North (1996, p. 124), as economias são caracterizadas pela existência de mercados imperfeitos, dadas as dificuldades de se compreender um ambiente complexo, ao mesmo tempo em que são altamente dinâ-

⁷ Douglass North, para melhor explicar a diferença entre “instituições” e “organizações”, faz uma analogia com os esportes: as instituições são as regras do esporte, enquanto as organizações são os times que disputam entre si as partidas, seguindo a regra estabelecida. Muitas vezes, as regras são direcionadas para atender às necessidades de determinados times, como é claro perceber, por exemplo, na história econômica do Brasil (TAVARES, 1972).

micas (promovem a interação de um número significativo de agentes). As instituições caracterizam-se, também, por apresentarem retornos crescentes. Isso significa que, uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos que reforçam a manutenção da rota optada, que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependent*. Dessa forma, o autor entende que, mesmo que as opções institucionais apresentem resultados ineficientes em termos de desenvolvimento econômico, tais instituições tendem a se manter no tempo, pois apresentam retornos institucionais crescentes.

Esse comportamento *locked in* reforça o caráter de *path dependence*, ou seja, as instituições são dependentes de suas próprias trajetórias prévias, o que acaba por pressionar no sentido de manter a ordem institucional posta. A história passada de uma determinada instituição é que definirá a matriz institucional do presente, conformando sua estrutura futura. Assim, entender o desenvolvimento institucional ao longo do tempo e seus impactos objetivos sobre o desenvolvimento econômico é o que é chamado de *path dependence*. Essa questão também explica por que as instituições não “copiam” desempenhos positivos em termos de eficiência econômica: por estarem vinculadas ao estoque de conhecimentos que adquiriram ao longo de sua história, estão sujeitas às construções sociais (fatores culturais, políticos, religiosos, econômicos, etc) resultantes de suas inter-relações. Como as instituições possuem históricos diversos, os resultados de suas opções serão necessariamente diversos. Some-se a isso o fato de que tais instituições atendem a interesses coletivos diferentes ao longo do tempo. Isso também explica as diferenças no desenvolvimento institucional e econômico em regiões distintas, mesmo em um mesmo período de tempo.

A partir de um estoque de conhecimento cumulativo, condicionado pela cultura, o desenvolvimento é dependente, sobretudo, de processos de aprendizagem local, do comportamento das firmas, de relações de poder em determinada sociedade e, também, dos custos de transação e transformação. Essas variáveis, além de influenciarem todo o processo de desenvolvimento, afetam-se umas às outras. Nessa evolução é que as instituições, as inovações e as políticas influenciam o desenvolvimento econômico, acarretando, com que este fenômeno, seja particular e local. Como se vê, não se trata de um processo linear, mas de uma sucessão interativa na qual intervêm várias variáveis. (AREND, 2004, p. 73).

Tais constatações são importantes para entender a dinâmica da indústria vitivinícola do RS, que, desde o seu nascimento, viu-se atrelada à existência de mecanismos estatais que garantissem a sua manutenção. Ao longo dos anos, como se pretende demonstrar, tais mecanismos foram recorrentemente utilizados, buscando, na intervenção e no incentivo do Esta-

do, o caminho para a obtenção de suas metas, que, no decorrer das décadas, foram alterando-se (formação da indústria; consolidação; segmentação; apoio à exportação, etc). Esse comportamento é plenamente *locked in*, dependente de uma trajetória de intervenções e investimentos do Estado na formação e no desenvolvimento do setor, ao menos no RS.⁸

3 Os primórdios da indústria vitivinícola do RS

3.1 Antecedentes históricos da formação do ambiente competitivo

Os primeiros vitivinicultores em terras gaúchas, conforme Paz e Baldisserotto (1997), foram os jesuítas, seguidos pelos açorianos. As correntes imigratórias do século XIX, com os alemães à frente, igualmente cultivaram a videira e produziram os vinhos, mas foi com os italianos que a vitivinicultura mais prosperou. Os vinhedos gaúchos, nos seus primórdios da ocupação geográfica do Estado, de acordo com Paz e Baldisserotto (1997), foram organizados com variedades europeias, e, a partir da segunda metade do século XIX, as variedades americanas (Isabel, Herbemont) foram substituindo as europeias por sua facilidade de cultivo.

Cabe salientar que os processos imigratórios da Europa para o Brasil respeitaram critérios geopolíticos da Corte Portuguesa, aliados a interesses econômicos e de ocupação espacial.⁹ Tais processos se iniciaram, em nível nacional, como alternativa à escassez de mão de obra para o trabalho nas grandes *plantations* brasileiras, localizadas principalmente na região do Estado de São Paulo e diretamente orientadas para a cafeicultura. No caso das correntes migratórias voltadas para a Região Sul do País, essas seguiram interesses primeiramente demográficos, buscando o povoamento das terras do sul, evitando, assim, as frequentes investidas dos espanhóis por

⁸ Sob a análise dos dias atuais, pode-se verificar que há dependência do setor com relação aos incentivos estatais, e esse mesmo comportamento pode-se encontrar na indústria vinícola nacional desde sempre, em especial, junto às empresas gaúchas, que dão a tônica ao setor no Brasil, pois respondem por cerca de 90% da produção de vinhos do País.

⁹ A colonização do Rio Grande do Sul, por açorianos, alemães e italianos, tem origem no despacho do Conselho Ultramarino da Metrópole lusa, de 22 de junho de 1729, o qual dizia "[...] conveniente que, se não instalando no sul, nas povoações da Colônia e outras, casais de ilhéus, e quando êstes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, inglêses, holandeses e franceses" (PELLANDA, 1950, p. 2).

ampliação de seus territórios. A verdade é que o trabalho do imigrante garantiu, ao menos em parte, a solução de problemas de ordem econômica e demográfica tanto no Brasil quanto na Europa (PELLANDA, 1950).

Em **História econômica do Brasil**, Caio Prado Junior (1945) reafirma o caráter dicotômico do processo de “imigração/colonização”, deixando claro que, apesar de ser permeada por critérios econômicos, a entrada dessa mão de obra estrangeira serviu a propósitos distintos: aos cafeicultores de São Paulo, interessava a “imigração” de europeus, destinados a mitigar os déficits de trabalhadores livres nas fazendas; aos governos dos estados do sul do País, serviram para implementar uma estratégia de ocupação e “colonização” de terras com baixa densidade demográfica, com vistas a garantia e manutenção dos territórios, regularmente submetidos aos ataques de tropas cisplatinas. Nas palavras do historiador: “[...] em conjunto, a ‘imigração’ superará sempre de muito a ‘colonização’” (PRADO JUNIOR, 1945, p. 190).

A Lei de Terras teria um papel fundamental, pois se constituiria no primeiro marco regulatório no sentido de garantir o direito de propriedade aos colonos italianos.¹⁰ Diferentemente de alguns autores, que veem na lei uma espécie de “valorização especulativa” da terra (WOORTMANN, 1988), sob a ótica da NEI, tal regulação, ao se apresentar como um direito de propriedade seguro, incentiva a valoração do recurso (no caso, a terra) pelo investimento privado (dos colonos). Foi com esse espírito de investimento na valorização da terra (através da produção de gêneros alimentícios para a subsistência, inicialmente) que o colonizador italiano se instalou na região nordeste do RS. Esse pode, de certa forma, ser caracterizado como o primeiro estímulo estatal à atração e à manutenção dos colonos nas regiões demarcadas.

A transformação das terras devolutas em “lotes colonizáveis”, gerando pequenas propriedades rurais particulares, regulada por uma série de normas emitidas pelos Governos central e provincial, foi o primeiro passo para o surgimento de instituições sólidas que resultariam na prosperidade das colônias anos mais tarde. Não se pode desprezar, também, o fato de que os colonos eram impedidos de se utilizar do trabalho escravo, devendo empregar mão de obra assalariada em seus empreendimentos (PRADO JUNIOR, 1945). Esse fato fez fortalecer o surgimento de relações mais claras, dura-

¹⁰ No entanto, é necessário considerar que a Lei de Terras, de amplitude nacional, teve impactos diferenciados nos diversos estados do Brasil. Os resultados positivos, apontados neste trabalho, ocorrem muito em função da estrutura fundiária, organizada em pequenos lotes, que caracteriza a Região Sul do País. Situação diferente era (e ainda é) encontrada nas demais regiões do País, onde os resultados da referida Lei podem ser outros.

douras e convenientes nos tipos de contratos aos quais os colonos estavam habituados na Europa.

Em 1875, inicia-se a chegada dos primeiros colonos italianos no Rio Grande do Sul, ocupando as colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel, criadas em 1870, originalmente para receber os colonos alemães. Ainda em 1875, o Império cria a colônia de Caxias, e, em 1877, é criada a quarta colônia italiana no RS, chamada Silveira Martins.

3.2 Modelo empreendedor: capital social + excedentes de produção = colono-empresário

O Rio Grande do Sul que os colonos italianos encontraram era bem diferente do encontrado pelos alemães, que iniciaram seu ingresso no Estado em 1824. Segundo Moure (1980), a população da Província, em cinquenta anos (1825 a 1875), havia quadruplicado, passando de 110 mil habitantes para 440 mil. De 1824 a 1875, a Província passou de cinco municípios para 28. Havia uma incipiente infraestrutura que possibilitava o crescimento da Província: ferrovia, rede telegráfica, sistema bancário, navegação fluvial a vapor. Além disso, os povoamentos das terras altas da serra fizeram surgir as principais estradas que ligavam os centros urbanos existentes à época às colônias, permitindo a constituição de uma atividade econômica mais sólida e organizada.¹¹ É importante ressaltar que os colonos italianos, com “seus próprios braços”, tiveram papel preponderante na construção dessas vias, haja vista a existência de uma lei que garantia aos trabalhadores rurais localizados nas quatro colônias italianas o pagamento de quinhentos réis por metro corrente construído, por um período máximo de 15 dias ao mês, destinado às obras de construção das estradas. Essa lei também se constituiu em uma política de estímulo à permanência do colono em suas regiões, diante da desistência de muitos em virtude das dificuldades de acesso aos lotes de terra bem como das dificuldades de sobrevivência nos primeiros anos, devido à incipiente plantação de subsistência.

Das regiões da Itália, agrícola e industrialmente adiantadas, as principais eram a do Vêneto e da Lombardia, províncias de grande densidade demográfica, de onde proveio a imigração para o Brasil, de início, para o Rio Grande do Sul e, depois, para São Paulo. No Rio Grande do Sul, desde

¹¹ Apesar desses avanços, a economia regional da Província ainda estava centrada na pecuária e na agroindústria do charque, do couro e de seus derivados. Porém, não se pode desconsiderar que a colonização inicia um processo de desconcentração econômica e de poder, que, posteriormente, dará origem a uma nova forma de concentração, agora industrial, na Serra Gaúcha.

1824, a colonização se fez à base da pequena propriedade: o imigrante italiano, embora sem as vantagens da gratuidade da terra de que gozavam os alemães, fez-se, desde o início, dono de sua lavoura e do lucro do seu esforço, como recompensa natural aos seus sacrifícios dos primeiros tempos. Cabe assinalar que os colonos provenientes dessas regiões da Itália não vieram movidos por um sentimento empreendedor, mas, sim, pela ausência quase absoluta de perspectivas de subsistência, devido ao cerceamento das propriedades rurais, do crescimento demográfico e das epidemias e do surgimento dos primeiros movimentos de industrialização. Nesse sentido, a imigração servia como “[...] um dos meios de aliviar tensões sociais internas” (MOURE, 1980, p. 94).

Analisando os aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, Moure (1980, p. 96) afirma que ela seguiu três etapas básicas:

(a) o estabelecimento dos imigrantes em moldes de uma agricultura de subsistência (1875-1910); (b) o desenvolvimento de atividades vitivinícolas (1910-1950), onde a comercialização de excedentes de produção começa a especificar a área de colonização italiana; e (c) a instalação de cooperativas e empresas de industrialização capazes de aproveitar a produção local, gerando, a exemplo da zona colonial alemã, redefinições ao nível de mercado e nas relações de produção da pequena propriedade [...].

Percebe-se que, desde o início, a vitivinicultura assume papel relevante na estrutura produtiva da região da serra. Alguns autores como Iotti (2001) e Moure (1980) justificam esse surgimento com a origem dos colonos italianos: estima-se que 54% dos imigrantes eram oriundos do Vêneto; 33% da Lombardia; 7% do Trentino; e 6% das demais regiões da Itália. Essas regiões são tradicionais produtoras vinícolas, com experiência em produção de vinhos que remonta ao Império Romano. Além do conhecimento técnico-produtivo acumulado, tais imigrantes trouxeram, em suas bagagens, uma secular experiência de organização republicana.¹² Essa experiência, como relata Putnam (1996, p. 138), remonta à formação das comunas no norte da Itália, onde “[...] as práticas do republicanismo cívico propiciaram um grau de participação popular nas deliberações públicas sem paralelo no mundo medieval.”¹³ Além do mais, os imigrantes italianos tinham noção de uma

¹² Para além do entendimento de que os aspectos tecnológicos podem ser compreendidos pela ótica da NEI, importa sinalar que outras correntes poderiam fazer interpretações diferentes (e, por vezes, complementares) aos aspectos tecnológicos; dentre eles, os evolucionários, as abordagens do capital humano, etc.

¹³ Esse “republicanismo cívico”, como denomina Putnam, está baseado no surgimento de instituições formais que garantiram o rápido crescimento comercial das regiões do Vêneto e

instituição econômica que seria de grande valia no Brasil: o crédito. Esse teve um papel fundamental e foi, em parte, desenvolvido nas repúblicas italianas do norte (PUTNAM, 1996). Não se pode esquecer que as instituições bancárias do norte da Itália foram responsáveis pelo financiamento das grandes expedições rumo “às Índias” e pelas navegações portuguesas e espanholas para as Américas. Tais sistemas financeiros, ainda que incipientes, requeriam o estabelecimento de “[...] relações de confiança mútua e a certeza de que os contratos e as leis que os regulamentavam seriam executados de forma imparcial” (PUTNAM, 1996, p. 140).

Os primeiros colonos trouxeram consigo mudas de novas variedades de uvas, auxiliando no aperfeiçoamento da qualidade do vinho produzido na região.¹⁴ Passadas as duas primeiras safras, que garantiram sua subsistência, começaram a surgir os primeiros excedentes dos produtos agrícolas e agroindustriais (ainda que de forma rudimentar), dando início a um comércio inter-regional e, logo a seguir, estadual e nacional, a despeito de todas as dificuldades logísticas existentes à época. Além dos produtos agrícolas tradicionais da subsistência colonial (milho, batata, trigo, arroz e feijão), as plantações de uvas se adaptaram muito bem ao clima (principalmente as do tipo Isabel), gerando os maiores excedentes entre os produtos da região. Em 1883, o cônsul italiano em Porto Alegre relatou:

[...] a videira cresce de modo surpreendente. Já no segundo ano dá uva e no terceiro a colheita é abundante. Segundo afirmações de muitos colonos, foi precisamente esta riqueza agrícola que reteve os imigrantes. Em Conde D'Eu produziu-se em 1881 aproximadamente 5.000 hectolitros de vinho. No presente ano espera-se obter o triplo (COSTA *et al.*, 1999, p. 34).

Entende-se que a existência de excedentes de produção logo nos primeiros anos da instalação das famílias italianas na Serra Gaúcha se deve, além das questões institucionais (associativismo e conhecimento técnico acumulado), ao fato de que, diferentemente dos colonos germânicos, os italianos deveriam pagar pelas terras recebidas e pelos equipamentos e maquinários eventualmente concedidos a eles pelo Governo. Pode-se dizer que esse endividamento inicial fez com que surgisse a necessidade premente de destinar parte do produto agrícola para a comercialização nos centros urbanos existentes à época.

da Lombardia, alicerçadas na presença de sistemas jurídicos e semijurídicos, cujo intuito era dirimir controvérsias, trocar informações e diluir o risco de determinadas operações.

¹⁴ Desde 1824, com a chegada dos primeiros colonos alemães, há produção sistemática de vinho para o consumo próprio dos imigrantes. O vinho “alemão” produzido no RS era tido como de péssima qualidade, muito por conta da baixa adaptabilidade das mudas trazidas pelos colonos germânicos ao clima do RS (MOURE, 1980).

Uma gama de legislações, provinciais e imperiais, regulava a colonização das terras desocupadas, criando uma administração central em cada colônia. Um corpo funcional foi designado para a administração dos projetos de colonização e urbanização das áreas antes devolutas.¹⁵ A localização dessa sede era escolhida em um lugar conveniente, que, mais tarde, se transformaria no centro do município. As primeiras instalações dessas sedes (havia uma para cada uma das quatro colônias italianas) eram a casa da Comissão de Terras e Colonização, o Barracão para receber os imigrantes, o depósito de materiais e o almoxarifado, o cemitério e as residências dos funcionários do Governo. Posteriormente, eram construídas uma igreja e uma escola (MACHADO; HERÉDIA, 2003). Logo esses núcleos foram sendo ampliados com a construção de mais moradias para os imigrantes que não se adequavam ou não queriam se dedicar às atividades agrícolas, surgindo, assim, os primeiros estabelecimentos de serviços, como oficinas, funilarias, botequins, casas de negócios, entre outros.

Machado e Herédia (2003) apontam que, no final do século XIX, toda a região dava sinais de prosperidade. Muitas pequenas indústrias já tinham sido instaladas. Em Caxias, havia 65 moinhos, 41 serrarias, 35 alambiques, 27 ferrarias, 17 engenhos de cana, nove curtumes, duas funilarias, além de um sem números de outros estabelecimentos. Como resultado do crescimento econômico que as colônias vinham alcançando, em 1884, foram emancipadas as colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, passando à condição de distritos. Apenas seis anos depois, em 1890, foi criado o município de Caxias, tendo por sede a Vila de Caxias.

A expansão do comércio possibilitou o crescimento das atividades artesanais e industriais, que promoveram, na região colonial, o aparecimento de indústrias de porte significativo nos setores vinícola, tríticola, madeireiro, mecânico, metalúrgico e têxtil (GIRON, 1994). A diversificação industrial colocou a economia regional no mercado nacional, garantindo a colocação dos seus produtos mesmo nas épocas de forte depressão econômica. É importante ressaltar que o processo de industrialização da região (tal qual ocorreu no Brasil) se deu anteriormente ao processo de “substituição de importações”, servindo, inicialmente, ao atendimento das demandas dos núcleos coloniais.¹⁶ Assim, pode-se dizer que a capacidade industrial insta-

¹⁵ Esse corpo funcional era formado por um diretor geral, um engenheiro, dois ajudantes, um subdelegado de polícia, um médico, um farmacêutico e dois fiscais. A legislação previa a constituição de um Conselho Diretor, composto por colonos mais velhos, que, na prática, nunca foi adotado (PELLANDA, 1950).

¹⁶ Como explica Herrlein Junior (2000), “[...] a existência de dois pólos econômicos sub-regionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado”.

lada foi crescendo paulatinamente, antecipando-se ao fortalecimento da indústria nacional, principalmente após 1930, com a implementação das políticas de substituição de importações.¹⁷ O Quadro 1 é uma tentativa de sumarizar os principais elementos que compõem o ambiente institucional e seus impactos sobre a região da Serra Gaúcha.

Quadro 1

O ambiente institucional e os principais resultados sobre a vitivinicultura da Serra Gaúcha de 1875 ao final da década de 20

PERÍODO	AMBIENTE INSTITUCIONAL	PRINCIPAIS RESULTADOS
1875 a meados da década de 20	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Estímulo à Imigração Europeia; • Lei de Terras; • cobrança pelos lotes de terra e principais insumos (estímulo à formação de excedentes de produção); • costumes associativos, trazidos pelos imigrantes italianos; • “tecnologia” produtiva, presente no conhecimento tácito dos imigrantes italianos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação dos primeiros municípios na Serra Gaúcha e fortalecimento do comércio de produtos coloniais. • implantação da cultura da uva, produzida de forma intensiva, originando as primeiras agroindústrias vinícolas da região; • origem das primeiras cooperativas vinícolas (a partir do final da década de 20).

Sob o ponto de vista das instituições que contribuíram para a formação histórica da indústria de vinhos gaúcha, pode-se verificar tanto o papel das instituições formais quanto o das informais na consolidação do setor. As transformações históricas no ambiente institucional que norteiam a formação da indústria vitivinícola gaúcha demonstram o dinamismo dos diversos agentes envolvidos (produtores, cooperativas, governos, entidades representativas, etc.). Tal dinamismo, em sua origem histórica, aparece de forma marcante no período de instalação dos colonos na região da Serra Gaúcha, como poderá ser verificado na próxima seção.

¹⁷ Devido ao estrangulamento externo, gerado pela crise internacional decorrente da quebra da Bolsa de Nova Iorque, houve a necessidade de produzir internamente o que antes era importado, defendendo-se, dessa forma, o nível de atividade econômica. Assim, a industrialização brasileira foi projetada para dentro, isto é, visando atender ao mercado interno, conforme Tavares (1972).

4 Jogo de interação entre o Estado e os colonos italianos

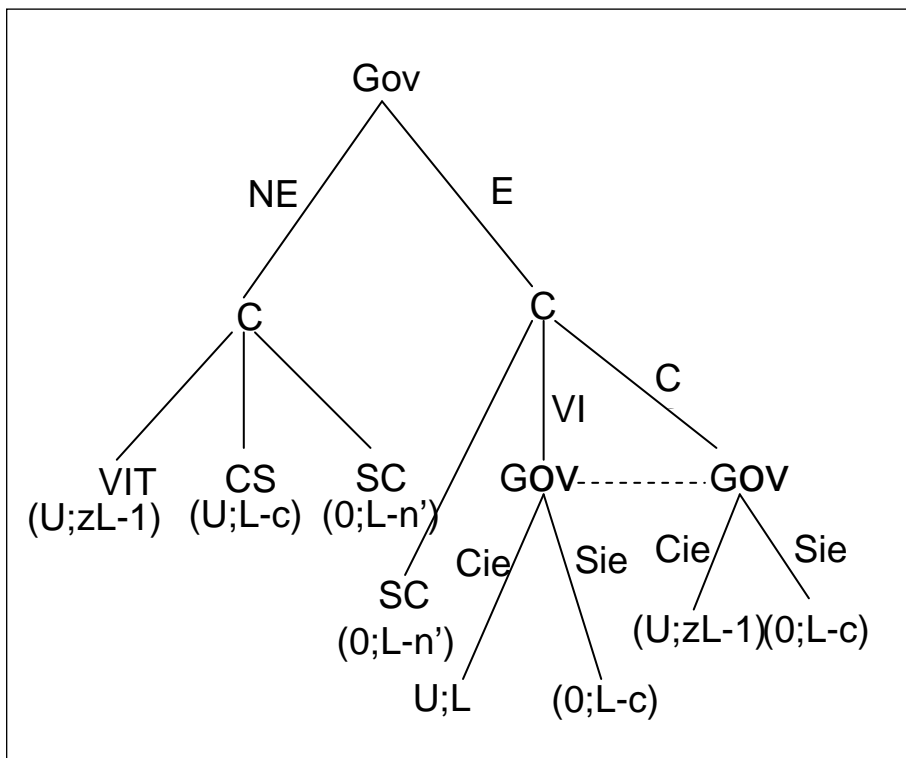
A política de estímulo por parte do Governo, seja ele centralizado, seja ele provincial, ou até mesmo por parte da Presidência/Governo do Estado do Rio Grande do Sul (este último após a proclamação da República, em 1889), à manutenção dos colonos nas regiões destinadas e seu posterior encaminhamento para a diversificação agroindustrial pode ser modelada como um jogo sequencial de informação incompleta entre o Governo e os colonos. Os movimentos e as estratégias disponíveis, bem como os *payoffs* dos jogadores, são mostrados na Figura 1. É importante ressaltar que a maior dificuldade desta análise recaiu sobre a construção dos *payoffs*, visto que não existem dados estatísticos ou mesmo informações oficiais que pudessem embasar tais escolhas. Como subsídio metodológico, utilizou-se uma construção esquemática, semelhante à utilizada por Pesavento e Monteiro (2006), quando da tentativa de explicar os estímulos da Coroa Portuguesa à diversificação agrícola do Rio de Janeiro, no período de 1750 a 1800.

O primeiro movimento foi feito pelo Governo, ao decidir se estimulava ou não estimulava a formação da agroindústria colonial. A seguir tem-se o movimento dos colonos, decidindo sobre qual a melhor estratégia a adotar. Além das culturas de subsistência, cujo objetivo era a venda para o mercado interno, beneficiando-se dos incentivos do Governo, havia a possibilidade de desenvolver a vitivinicultura, aproveitando o estoque de conhecimento técnico trazido pelos imigrantes italianos. A alternativa dos colonos era deixar as zonas colonizáveis, devido, principalmente, à dificuldade de acesso e manutenção das famílias nas regiões do nordeste gaúcho, no final do século XIX. Quando a política de estímulo à formação da agroindústria foi adotada, após a decisão do colono, o Governo teve ainda um movimento, ao decidir conceder ou não investimentos em infraestrutura (abertura de estradas, construção de portos fluviais e estabelecimento de governos “municipais” focados na regulação de atividades industriais e comerciais, com vistas à retenção dos colonos nas regiões de destinação inicial)¹⁸. Assim, esse movimento englobava outras duas estratégias: Cie e Sie.

¹⁸ É evidente que tais estímulos serviram para fortalecer o desenvolvimento econômico da região como um todo. No entanto, o interesse deste trabalho é analisar de que forma tais estímulos afetaram a constituição de uma agroindústria da uva e do vinho.

Figura 1

Movimento sequencial entre o Governo (Gov) e os colonos (C) no RS — 1875 a 1920



NOTA: 1. Elaborado pelos autores com base nas informações da historiografia do RS.

2. E (estratégia "governo estimula"); NE (estratégia "governo não estimula"); CS (estratégia "cultura de subsistência"); SC (estratégia "sem cultura" — colonos alocados na prestação de serviços); VIT (estratégia "viticultura"); U (ganho de utilidade); Cie (com instituições de estímulo); Sie (sem instituições de estímulo); L (lucro do produtor); L-c (lucro menos custos de produção); L-n' (ganho equivalente ao salário pela prestação de serviços); zL-1 (ganho do produtor com o excedente de uvas).

Com relação aos *payoffs*, assume-se que interessa ao Governo estimular a formação e a diversificação da agroindústria do vinho, haja vista o esforço dos governos (principalmente republicanos) em promover o fomento da produção de vinhos em maior quantidade e com características de qualidade maiores do que os produtos artesanalmente desenvolvidos.

Assume-se, assim, que o Governo obtém um nível de utilidade U quando há produção de culturas de subsistência (pois garantem minimamente os colonos em seus assentamentos), independentemente de ser adotada a política de incentivo. A saída dos colonos de suas regiões originais, destinando-se para regiões mais urbanizadas, representa a frustração

desse objetivo¹⁹, o que explica o nível de utilidade zero estabelecido como *payoff*. Por certo, essa movimentação é menos direta, porém, não se pode descartar que os colonos que operavam com culturas de subsistência e que foram expostos aos estímulos governamentais de infraestrutura tiveram suas produções valorizadas. Muitos desses colonos, anos depois, iniciaram a comercialização de produtos excedentes, como queijos, salames, pães, etc., principalmente nas colônias alemãs localizadas nas regiões do Vale do Rio dos Sinos e do Rio Caí, nas proximidades da Capital (GIRON, 1994).

Para o colono italiano, quando há política de estímulo por parte do Governo, supondo que seja efetuado o investimento em infraestrutura, o preço de comercialização do vinho é o que possibilita o maior lucro. No caso dos imigrantes italianos do séc. XIX, isso se deu porque o principal item do custo de produção à época eram justamente os custos logísticos, devido às imensas dificuldades com relação à comercialização e ao transporte do produto. Assume-se que esse lucro, após os investimentos feitos pelo Governo, foi dado pelo *payoff L*. Sem os incentivos do Governo, o colono não possui ganho ou perda alguma (*payoff 0*), e aquele que desenvolver a cultura da uva e posterior produção do vinho terá de arcar com os custos de transporte, os quais, na verdade, afetam os custos de produção diretamente, reduzindo o lucro do produtor, expresso pelo *payoff L-c*, com $0 < c < 1$.

O desenvolvimento de culturas de subsistência também foi afetado pelos movimentos do Governo, que, com investimentos em infraestrutura, retém um ganho de utilidade (*payoff U*), pois essa estratégia, ainda que em menor proporção, garante seu objetivo principal, qual seja a manutenção dos colonos em suas regiões originais. Com tais investimentos, espera-se um crescimento também da produção de subsistência, havendo facilidade na comercialização dos excedentes, resultando em lucro para o produtor, expresso no *payoff zL-1*, com $0 < z < 1$. O ganho do produtor de subsistência é inferior ao do vinicultor, pelos ganhos obtidos pela produção em escala, ainda que reduzida, mas, sem dúvida, superior ao ganho de escala do produtor rural vinculado à subsistência (por isso, $L > zL-1$). Sem investimentos do Governo, os eventuais produtores terão de arcar com os custos da operação, aumentando seus custos de produção, o que afeta diretamente os lucros do produtor, expressos pelo *payoff L-c*, com $0 < c < 1$.

A produção de culturas de subsistência proporciona um lucro inferior ao da produção de vinhos. Ainda assim, esse lucro é superior ao que seria obtido com a saída do colono de sua região inicial, pois o “lucro” obtido por ele, na melhor das hipóteses, seria igualado ao salário recebido pela pres-

¹⁹ Não se pode esquecer que a ocupação dos colonos no RS atendia, também, a objetivos geopolíticos dos governos central e provincial, com vistas a refrear o avanço dos espanhóis oriundos do Uruguai e da Argentina via campanha.

tação de algum serviço nas regiões de maior urbanização, assumindo um *payoff* $L-n'$, com $n' > 1$. Assim, os *payoffs* assumiriam a seguinte escala de hierarquia, no caso de haver estímulo do Governo: $L > zL-1 > L-c > L-n'$.

Com relação à estrutura de informação do jogo, os nós de decisão do Governo, unidos pela linha tracejada na Figura 1, compõem o mesmo conjunto de informação, refletindo a incapacidade do Governo de, com investimentos genéricos em infraestrutura, beneficiar distintamente os vinicultores, a despeito dos produtores rurais de subsistência, uma vez que tais investimentos beneficiam todos igualmente. A distinção se dará no resultado da coordenação das atividades empresariais em cada setor. Nesse sentido, a decisão de investir ou não em infraestrutura é tomada sem que o Governo saiba qual foi o movimento anterior do colono.

Com essas informações, cabe analisar as possíveis condições de equilíbrio. Na forma em que foi definido o jogo, em estratégias puras, não há estratégia dominante para o Governo com relação a investir em infraestrutura ou não, para benefício específico dos produtores de vinho ou de produtos de subsistência, conforme pode ser visto na Figura 2. Como ressaltado ao longo do trabalho, tal decisão estava vinculada ao projeto geopolítico da Coroa Portuguesa, que intentava povoar a Região Sul, desenvolvendo uma comunidade fixa que impedisse o avanço de espanhóis em terra colonial brasileira. Por isso, não se constitui em um movimento estratégico. Com relação ao colono, a estratégia VIT domina as demais, constituindo-se, portanto, em estratégia de equilíbrio. Pode-se, também, ressaltar que há outra posição de equilíbrio, quando o produtor de subsistências decide produzir, mesmo sem estímulos do Governo.

Figura 2

Matriz de *payoffs* do jogo entre Governo e colonos no RS — 1875 a 1920

		COLONOS		
		VIT	CS	SC
G O V E R N O	E/Cie	U;L	U;zL-1	0;L-n'
	E/Sie	0;L-c	0;L-c	0;L-n'
	NE	U;zL-1	U;L-c	0;L-n'

Concentrando a análise apenas nas estratégias oriundas da presença de incentivos do Governo e resolvendo o jogo por indução retroativa, observa-se que, dos dois equilíbrios de Nash²⁰, apenas E/Cie;VIT é um equilíbrio em subjogo perfeito, ou seja, fazendo-se o refinamento dos equilíbrios, as escolhas ótimas remetem para um equilíbrio em que não há uma política de estímulo à formação de uma agroindústria regionalmente localizada, em que a escolha do produtor recai sobre a produção de vinhos, o que corresponde ao que de fato foi observado no período. Posteriormente ao desenvolvimento da vitivinicultura, outros segmentos industriais surgiram, como o setor de móveis e o metal-mecânico.

5 Fatos históricos que evidenciam o jogo

Por volta de 1896, o Governo do Estado buscou dinamizar a iniciativa do colono italiano, no sentido de obter vinho nacional de boa qualidade: importou mudas de videiras da Europa e fundou uma Estação Experimental de Agronomia, na qual foram feitas as primeiras análises dos vinhos produ-

²⁰ Para melhor entender as dinâmicas do Equilíbrio de Nash e para um aprofundamento da Teoria dos Jogos, ver Besanko e Braeutigam (2004) e Pindyck e Rubinfeld (2006).

zidos, aconselhando a correção do mosto e a tomada de outras medidas indispensáveis, sobretudo, à conservação do produto. Cabe ressaltar que, nesse período, o RS vivia um período de ditadura, instituída pela Constituição Estadual de 1891. No comando do Estado, estava o Partido Republicano Riograndense (PRR), de cunho positivista, que promoveu uma verdadeira ruptura política no RS, deslocando as oligarquias vinculadas à economia pastoril da Campanha gaúcha, enfraquecendo a forma de dominação tradicional e patrimonialista (TARGA, 2002). Na ideologia do PRR, o Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma espécie de tutela social, responsabilizando-se pelas condições de abastecimento e ocupação da população local. Tais movimentos serviam como forma de “zelar” por um setor incipiente, baseado na produção familiar de vinhos, além de servir de forma de legitimação e estabilização do Governo.²¹

Em 1898, o Governo do RS mandou vir 25.000 mudas e as distribuiu aos colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves e também a alguns agricultores localizados nas colônias alemãs (principalmente São Leopoldo). Houve também investimentos do Estado em embalagens e carretos. Nesse período, a Estação Experimental de Agronomia estudava a adaptação de viníferas europeias aos nossos clima e solo e, além de comparar os produtos das castas finas e das comuns, realizava enxertos, etc. Desse modo, já em 1901, esse Instituto podia distribuir 8.800 bachelos (mudas em forma de galhos) de produção própria, o que continuou a fazer até 1910, quando essa tarefa passou à responsabilidade da Escola de Engenharia. O Estado operou através dessa Estação Experimental como propulsor de inovação tecnológica e melhoria dos processos de plantio de uvas e produção de vinhos e seus derivados.²²

Outras ações associativas entre o Estado e os produtores foram importantes para a estruturação do setor vitivinícola no final do século XIX e início do século XX. Dentre as iniciativas, está a formação do Sindicato Vinícola²³,

²¹ Herlein Junior (2000) afirma que, apesar de o PRR representar um poder ditatorial, isso não significava que os governos não tivessem de prestar contas. Pelo contrário, foi preciso apoiar uma série de ações estatais num discurso público, a fim de garantir a estabilidade.

²² Iniciativas como essa podem ser compreendidas a partir de uma leitura de Perez (1992, p. 25), que expõe que: “*Las sucesivas revoluciones o ‘olas tecnológicas’ transforman, a su vez, la esfera económica y la esfera social. [...] Las olas tecnológicas se dan, además, en un contexto institucional que responde a visiones y roles del Estado, diseñados para responder al paradigma tecnológico anterior (intervención sistemática del Estado en la economía)*”.

²³ É importante ressaltar que o Sindicato Vinícola não representava os interesses dos trabalhadores vinculados ao setor, mas, sim, os dos empresários. O principal interesse consistia na manutenção dos investimentos do Estado na geração de melhorias das mudas bem como nos estudos referentes ao aumento da qualidade do vinho. Posteriormente, já como Instituto Rio-Grandense do Vinho, adicionou-se os esforços na regulação do mercado pro-

depois transformado em Instituto Rio-Grandense do Vinho, com o fim de regular a produção e obter a progressiva melhora da sua qualidade, através da substituição da uva Isabel por castas de viníferas e híbridas. Ao lado do organismo oficial de defesa, que, então, só congregava as indústrias constituídas, organizaram-se, sob a orientação do agrônomo do Ministério da Agricultura, Dr. Paulo Monteiro de Barros, dezenas de cooperativas de produtores, acentuando ainda mais a desconcentração dessa indústria.

A vitivinicultura da região colonial italiana, na Serra Gaúcha, não se comportou de forma diferente: concentrou sua produção, inicialmente, para o consumo próprio local. Posteriormente, com as graduais evolução e adaptação da produção, as vendas foram ampliadas para os mercados estadual e nacional. As melhorias das variedades viníferas, com o aprimoramento tecnológico dos processos de produção do vinho, fizeram com que a região ficasse reconhecida com posição de liderança no mercado nacional e com pequena, mas progressiva, participação no mercado internacional (FARIAS, 2010).

6 Considerações finais

Este trabalho ocupou-se de analisar a dinâmica da formação da indústria do vinho no RS, historicamente localizada entre 1875 e 1930, em um período em que os estudos e registros oficiais são escassos. Outra peculiaridade (que pode limitar a eficácia das análises) é que o artigo concentra-se em analisar a vitivinicultura em seus primórdios, quando o setor não possuía ainda a relevância dos dias atuais, em que a produção de vinhos do RS representa cerca de 90% da produção total de vinhos do Brasil. Muitos são os trabalhos que versam sobre o setor, mas pouquíssimos se detiveram a analisar os motivos do seu surgimento. A abordagem da Nova Economia Institucional muito auxiliou nesta jornada.

Olhar a formação da indústria vitivinícola do RS sob o prisma do conteúdo novo-institucional tem-se mostrado um exercício eficaz de compreensão histórica dos processos de transformação econômica do Estado nos últimos dois séculos. Semelhante à construção de Douglass North, que busca entender os processos de formação da indústria norte-americana como resultado de um processo histórico, aqui também se pode realizar associações semelhantes.

Uma primeira constatação, que contradiz o que North (1990) afirma sob a construção da economia latino-americana, é que as organizações e

dutor, buscando evitar a superprodução, que, efetivamente, veio a ocorrer em 1928, colocando em risco a estrutura frágil do setor no RS à época.

as instituições que promoveram a imigração e a colonização de territórios no RS orientaram-se de forma diversa ao geral das instituições e das organizações do restante do País. No Brasil, como no restante da América Latina, personalismo nas relações econômicas e políticas, (des)regulação estatal, direitos de propriedade mal definidos, e nem sempre adequadamente defendidos pelo Estado, são algumas das práticas que, ao invés de estimular, restringiram a atividade econômica.

O resultado em termos de desempenho econômico desse tipo de evolução institucional é que a matriz institucional dos países latino-americanos irá favorecer o desenvolvimento de organizações *rent-seeker* e desestimular organizações produtivas capazes de elevar a produtividade da economia. (NORTH, 1990, p. 9).

No RS, em especial nas colônias italianas, o papel do Estado foi altamente indutor do surgimento de organizações produtivas com elevado conteúdo tecnológico e com alta produtividade.

Pode-se afirmar que o conhecimento acumulado pelos colonos italianos trazidos para cá foi uma das molas indutoras do progresso econômico do RS, nos primeiros anos do século XX. Igualmente, a formação de uma matriz institucional que, por um lado, atendia aos interesses geopolíticos do Governo central, mas que, acima de tudo, colaborou com a vinda dos imigrantes e sua manutenção nas colônias, favoreceu os resultados obtidos. Tal constatação fica clara com os resultados expostos pelo jogo desenvolvido neste trabalho. As limitações com relação à construção dos *payoffs* não impediram que o modelo se mostrasse bastante consistente, como demonstrado pelos fatos históricos relatados ao longo de todo o artigo.

Para entender a raiz da constituição das colônias italianas no RS, é preciso analisar os processos de transferência da propriedade da terra. Esse é um dos pontos em que se justifica a especial utilização dos conceitos de Douglass North. Segundo o autor, uma teoria dos direitos de propriedade é necessária para explicar as organizações econômicas desenvolvidas pelos indivíduos no intuito de reduzir os custos de transação e organizar a troca. Esses direitos de propriedade dizem respeito à garantia individual de apropriação de seu próprio trabalho e dos bens e serviços que eles possuem (NORTH, 1990, p. 33).

O papel do Estado como fundador de instituições que auxiliaram (e continuam auxiliando) a vitivinicultura do RS é ponto relevante para o entendimento de sua estruturação. A formação do Sindicato Vinícola, organização responsável pela agremiação dos primeiros produtores de vinho, foi um dos passos decisivos do Governo no sentido de estimular a solidificação do setor na economia gaúcha. O investimento na compra de mudas (através da importação) e sua distribuição entre os produtores, o incentivo à substi-

tuição das plantações de uva Isabel por uvas viníferas (que garantiriam a melhoria imediata na qualidade do produto final) e a criação de uma estação experimental para auxiliar os produtores com pesquisa e melhoramento tecnológico dos insumos e produtos são algumas das atividades promovidas pelo Estado, no sentido de ampliar a produtividade das vinícolas. Tais iniciativas têm repercussão não apenas nos primeiros anos do século passado, mas também em períodos mais recentes, como pode ser constatado em diversos trabalhos (FARIAS, 2008; GRANDO, 1987; JALFIM, 1993). Resta evidente, inclusive, que a indústria vitivinícola apresenta uma forte dependência das iniciativas do Estado até os dias atuais, o que, de certa forma, tem dificultado o desenvolvimento de estratégias mais competitivas, em resposta aos diversos *players* internacionais, que dominam o consumo nacional de vinhos finos e espumantes.

Ao analisar o crescimento do setor vinícola do RS sob as premissas da NEI, conseguiu-se analisar, ao menos em parte, a formação econômica industrial gaúcha. Tal formação, regionalmente concentrada na “metade norte” do Estado, está intrinsecamente relacionada ao papel das instituições da época como fomentadoras da atividade econômica nas colônias de imigrantes, não somente italianas, mas também alemãs, polonesas, etc. Inicialmente, pode-se considerar que tais instituições, de maneira geral, foram eficientes na promoção de políticas de desenvolvimento regional, pois agiram para reduzir os diversos custos de transação existentes à época, em parte relacionados aos custos logísticos de transporte das famílias à sua terra, de construção de infraestrutura de ligação das colônias aos centros urbanos e do posterior escoamento dos excedentes de produção colonial. Em todas as estratégias apresentadas no jogo aqui desenvolvido, percebe-se o papel fundamental do Estado como indutor de crescimento, tendo por fim a formação de uma estratégia cooperativa entre ele e os colonos italianos, que, no período em análise, foram agentes ativos indutores do desenvolvimento industrial da região. A presença do Estado é requerida até os dias atuais pelos empresários nacionais, que veem como atribuição do Poder Público a formação de barreiras que impeçam a entrada “ilimitada” dos vinhos estrangeiros no mercado nacional. Assim, a presença institucional do Estado é exigida pelos empresários e associações representativas através da ampliação de regulações e proteções, que, segundo eles, afetam diretamente a competitividade das empresas vinícolas do País, e sua ausência pode pôr em risco a sobrevivência de inúmeras firmas, em especial, aquelas de menor porte e estrutura.

Referências

AREND, M. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionária**. 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. esp., p. 63-94, 2005.

AREND, M.; CÁRIO, S. A. F.; ENDERLE, R. A. Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 110-133, 2012.

BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, R. R. **Microeconomia: uma abordagem completa**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 361-420, 2004.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O Conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

COSTA, R. *et al.* **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1999.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: _____. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 63-82.

FARIAS, C. V. S. **Aprendizado, inovação e cooperação: um estudo do segmento vinícola do arranjo produtivo da vitivinicultura da Serra Gaúcha**. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

FARIAS, C. V. S. Formação da indústria vitivinícola do RS: da imigração italiana aos dias atuais. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS; FEE, 2008. 1 CD-ROM.

GIRON, L. S. **As sombras do Littorio**: o facismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Perlada, 1994.

GRANDO, M. Z. Evolução e decadência da viticultura em Pelotas. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 121-130, 1987.

HERRLEIN JUNIOR, R. **Rio Grande do Sul, 1889-1930**: um outro capitalismo no Brasil meridional. 2000. 168 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

IOTTI, L. H. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JALFIM, A. Anos 90: reestruturação da vitivinicultura do RS? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 264-272, 1993.

MACHADO, M. A.; HERÉDIA, V. B. A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. 7, n. 146, 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(065\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(065).htm)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 78-93.

NORTH, D. Economic performance through time. In: ALSTON, L. *et al.* (Ed.). **Empiric studies in institutional change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 342-363.

NORTH, D. Institutions and economic growth: an historical introduction. **World Development**, [S.l.], v. 17, n. 9, p. 1319-1332, 1989.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAZ, I. N.; BALDISSEROTTO, I. A estação do vinho: a história da estação experimental de viticultura e enologia: 1921-1990. **Cadernos de Pesquisa**, Caxias do Sul, v. 5, n. 3, p. 55-78, 1997.

PELLANDA, E. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: **ÁLBUM Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1950. p. 18-50.

PEREZ, C. Cambio tecnico, restructuracion competitiva y reforma institucional en los paises em desarrollo. **El Trimestre Económico**, [S.l.], v. 59, n. 233, p. 23-64, 1992.

PESAVENTO, F.; MONTEIRO, S. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro — 1750-1800. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2006. 21p.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TARGA, L. R. **Le Rio Grande do Sul et la création de l'Etat "développementiste" brésilien**. 2002. 517 f. Thèse (Doctorat) - Université Pierre-Mendès-France, Grenoble, 2002.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1972.

WOORTMANN, E. F. **Colonos e sitiantes**: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa. 1988. 379 f. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1988.

